

CRISE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E MENTALIDADE

Uma das chaves para a compreensão de momentos de incerteza reside na possibilidade de inseri-los dentro de uma perspectiva processual. A crise que o Brasil vive atualmente pode ser pensada dessa forma, ainda que, neste momento, análises envolvam riscos, em particular aquelas que pretendam fazer projeções, delinear perspectivas.

Recordemos, em primeiro lugar, que uma das marcas da proposta e implantação do Plano Real foi a abordagem pelo campo das mentalidades, procurando acabar com a expectativa inflacionária dentro de certos prazos e metas, por exemplo, com a transição através do "Cruzeiro Real". Com isso, abandonou-se a metodologia até então praticada no combate à inflação, constituída por "choque", ortodoxo ou heterodoxo, para reconhecer a repercussão de aspectos culturais sobre a economia e, assim, a importância do tempo, e não do susto, para superar uma situação perversamente crônica.

A estabilização da moeda trouxe consigo novas práticas, novas perspectivas para os cidadãos em geral, mesmo para aqueles que estivessem sofrendo os efeitos indesejados do Plano. Fazer projetos duradouros, ter expectativas positivas, aliaram-se ao desenvolvimento de uma nova forma de consciência dos problemas sociais, não mais restrita aos círculos intelectuais e políticos. De certa forma, foi como se a confiança no mercado, expressa na inexistência de tabelamentos, antes corriqueiros, promovesse igual confiança na possibilidade de exercício da cidadania.

Isto, ao lado da reforma do Estado, trouxe novas abordagens da temática social. Houve, assim, o desabrochar de um novo estilo de governar, que passou a incluir fortemente o trabalho conjunto com a sociedade. Conselhos, parcerias, responsabilidade social, cidadania empresarial, todos são temas que foram ganhando espaço próprio, gerando iniciativas interessantes, em diferentes setores sociais.

A estabilidade econômica e o consequente conforto psicológico, dela advindo, permitiram que empresas e cidadãos abrissem novas frentes em suas vidas, para pensar soluções voltadas para a superação da exclusão social que atinge grandes parcelas da população.

Cada qual encontrava uma "folga" financeira para voltar-se para o tema, fosse com a criação de instintos e fundações, por parte de empresas, fosse com doações e trabalho voluntários, do ponto de vista individual. Isto equivaleu a encontrarem uma "folga" também em suas agendas, para refletir sobre a miséria, o desemprego, o analfabetismo, enfim, toda falta de cumprimento de direitos fundamentais. Generalizou-se, assim, a percepção de que esses problemas atingem não apenas os que os sofrem diretamente, mas sim ao conjunto dos brasileiros, e daí a necessidade de uma ação solidária.

Quando o Brasil terá uma face de cidades médias tão solidárias, mobilizando-se, por exemplo, para aplacar a fome nas regiões afetadas pela seca, tomado posição contra o trabalho infantil, pedindo a uma só voz "toda criança na escola", disposto a preparar-se e capacitar-se para ser agente comunitário de saúde?

Quando o Brasil terá uma classe empresarial tão disposta a encarar, em seu conjunto, sua responsabilidade social, encontrando formas de compor-se em fóruns, associações, nas quais se encontra firme a palavra "inclusão" como norte? É certo que era ainda muito incipiente o diálogo com as experiências organizações não-governamentais que fizeram sua história com agências financiadoras, muitas de origem internacional, ou com as próprias universidades, com uma história de luta e experiência. Contudo, os primeiros passos foram decididos e firmes, e todo o resto, seria questão de tempo.

Quando se viu, antes, a grande imprensa tão positivamente engajada na cobertura pró-ativa da temática da cidadania, cujo melhor exemplo em nível nacional talvez tenha sido o tipo de cobertura dada ao Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos? É certo que havia espaço para a crítica a desacertos que se identificava no modelo econômico, mas evidentemente falava mais forte a perspectiva da oportunidade histórica de reconstrução macrossocial.

Mais ainda, quando o Brasil esteve tão perto de encontrar caminhos de efetivamente combater o patrimonialismo e o estamentalismo,

que, conforme nos ensinou Raimundo Faoro, são tão característicos do Estado brasileiro? Patrimonialismo e estamentalismo que dilapidam as perspectivas de que o Estado se volte, de fato, para os interesses do cidadão, ao ter de cuidar de interesses de pessoas e grupos que nele se incrustam, colocando metas e objetivos privados acima e antes dos públicos. De fato, a própria necessidade de convivência de autoridades e altos funcionários com a sociedade civil no interior das ações de governo — que, pelas parcerias, deixaram de ser exclusivamente de Estado —, tendia a provocar um movimento renovador na própria forma de definir prioridades e estratégias no trato da questão social, além de impor a transparência como pressuposto elementar.

O temor que se impõe, em meio à crise econômica, é o de que se perca esse germe de construção coletiva e renovação sócio-política-cultural. Afinal, reinstalada a instabilidade econômica, a tendência é todos voltarem-se para sua sobrevivência imediata. Como ficarão as jovens fundações e institutos da cidadania empresarial? Como sobreviverão as ONGs que já se debatiam com graves problemas financeiros — e que são a maioria? Como ficarão a pesquisa científica e a universidade, já tão afetadas por problemas históricos? Como efetivar a ruptura definitiva com o patrimonialismo e o estamentalismo do Estado, com a sociedade civil imersa em graves problemas?

Talvez a chave para boas respostas a essas perguntas esteja lá atrás, no início do Plano Real. Se ali, no momento da implantação, trabalhar as mentalidades foi tão decisivo, talvez seja o momento de articular esse germe de solidariedade civil que começava a se fazer visível. É certo que a vida nova deve ser protegida e não exposta no momento do perigo. Contudo, um chamado social e cultural à cidadania responsável, para que se articule de forma consciente na resistência ao retorno de velhos padrões, seja a forma de proteger esse germe, que, de outra forma, corre o risco de ser sufocado, por falta de espaço, por falta de reconhecimento de sua possível chance de crescer, apesar da crise.

■ Roseli Fischmann é mestre, doutora e livre docente em Educação pela Universidade de São Paulo